

A EVOLUÇÃO NA FORMAÇÃO DE PRODUTORES CULTURAIS E ARTÍSTICOS

Conceição Mendes
Escola Superior de Teatro e Cinema
Instituto Politécnico de Lisboa

Resumo

Procurou-se, neste artigo, dar uma breve panorâmica da formação de produtores culturais e artísticos no Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema. Partiu-se da criação do Curso de Produção com a formação de produtores teatrais e explicou-se como, ao longo do tempo, e com a sua inserção como área científica específica na Licenciatura e no Mestrado em Teatro, a formação daqueles profissionais evoluiu, quer na teoria, quer na práxis, de modo a permitir que o seu campo de trabalho se alargasse e os preparasse para lidar com as necessidades, cada vez mais exigentes, da construção e preservação do património cultural e artístico das comunidades onde irão estar profissionalmente inseridos.

Abstract

In this article we tried to give a brief overview of the formation of cultural and artistic producers in the Department of Theatre of Lisbon Theatre and Film School seen through the evolution of the basic conceptual framework used in the creation of the first course of production to its insertion, as a specific scientific area, either in degree or in the master's degree in theater, preparing in an extended but objective form, professionals able to handle the current and increasingly demanding needs of the creation and preservation of cultural and artistic heritage at the communities where they live.

Introdução

O presente artigo pretende refletir uma série de inquietações que, enquanto produtora cultural e artística, me têm ocupado, e têm determinado a forma como o meu pensamento tem vindo a ser estruturado de modo a constituir a coluna vertebral de um conhecimento que, desejo, se torne cada vez mais pragmático e útil na formação de profissionais. Estes profissionais devem estar aptos a trabalhar nos vastos territórios que definem e suportam o conceito de património cultural e artístico, material e imaterial, enquanto parte de uma ou de várias heranças e identidades culturais.

O tema

Vive-se hoje, tal como em outras épocas, momentos de uma imensa instabilidade social e económica. Alguns destes momentos têm sido provocados por uma rápida catadupa de fatos que têm empurrado diversos Estados com diferentes estruturas políticas e organizacionais, e a sociedade civil em geral, para uma tomada de posições que, por um lado, intervêm positivamente na resolução das crises mas que, por outro, não só não as diluem como, ao contrário, as prolongam no tempo. Alude-se, aqui, sobretudo, às consequências nefastas que se têm feito sentir no património cultural e artístico, material e imaterial, provocadas pela forma como alguns Estados ocidentais, particularmente os da União Europeia, reagiram, e continuam a lidar, com as sequelas culturais e civilizacionais despoletadas, por um lado, pelo ataque da organização terrorista al-Qaeda às torres gémeas do *World Trade Centre*, em Nova Iorque, em setembro de 2001, e, por outro, pelos desastres ambientais cada vez mais frequentes, intensos e complicados, que a transformação climática está a estimular por todo o mundo.

Pertença de uma memória coletiva que se pretende intacta na sua passagem de geração em geração, o património cultural e artístico, material e imaterial enquanto constituidor e produto de heranças e de identidades culturais, no nosso caso, de raiz europeia, necessita, como outros, de ser preservado por cidadãos que tenham, entre os seus objetivos, a defesa do legado que lhes foi sendo deixado ao longo dos séculos pelos seus antecessores.

Entende-se que a apologia do legado dos nossos antepassados, como parte do erário da humanidade, deve ser feita, em primeiro lugar, pelo poder político através de deliberações que promovam, institucionalmente, a sua defesa. Porém, em simultâneo, crê-se que deve procurar-se passar a outros, através da formação, a experiência e o conhecimento adquiridos por profissionais que, a trabalhar no terreno, os vão estruturando com o objetivo de os transformar num corpo único e de lhes conferir o estatuto necessário à sua aprovação, como ciência, pelas comunidades científica e educativa.

A formulação dos saberes que compõem esse corpo único deve passar, obrigatoriamente, na sua parte teórica, pela elaboração de uma série de conceitos abrangentes mas suficientemente permeáveis para aguentarem, na estruturação do seu *corpus* científico, as metamorfoses provocadas pela passagem do tempo.

O tema central deste trabalho versa sobre a necessidade de haver, no combate

à destruição de património cultural e artístico universal, material e imaterial, a formação e a reciclagem de profissionais e, ainda, o ajustamento constante de matérias científicas, práticas, artísticas e educativas, na formulação de soluções para a concretização dessa tarefa. As suas formações devem passar pelo conhecimento de novos conceitos e pelo refrescamento de outros mais antigos a fim de que estes os habilitem a movimentarem-se com destreza nos campos da cultura e da arte junto às comunidades com quem irão trabalhar. Nestas, terão a responsabilidade de preservar e reconstruir o património herdado e construído, reflexo da memória histórica e coletiva de cada uma delas, e de aprender a lidar com as resistências ou com as anuências às suas intervenções.

Atenta a esta situação, a direção do ramo de Produção da Licenciatura em Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC) partiu da matriz inicial unicamente dirigida para a produção teatral e alargou-a a outras matérias ligadas à cultura e à arte sem que a identidade do curso se perdesse. Vejamos, brevemente, através da sua história, de que forma o curso nasceu e evoluiu até à atualidade.

A formação de produtores: do produtor teatral ao produtor cultural e artístico. Do espetáculo ao grande-evento

No final dos anos 90 do século XX foi criado na Escola Superior de Teatro e Cinema o Curso de Produção com o objetivo de formar profissionais tecnicamente habilitados para a realização e montagem de espetáculos. Este dividia-se em duas áreas: a área da produção e a área das técnicas (de palco e teatrais).

Na primeira, era ensinado o modo como os alunos poderiam organizar e gerir projetos e pequenas estruturas teatrais, e na segunda, era-lhes dado a conhecer os princípios das profissões técnicas associadas à montagem de espetáculos, nomeadamente, entre outras, a luminotecnia, sonoplastica, direção técnica, direção de palco, assistência de encenação, contraregra.

O Curso de Produção refletiu na sua estrutura e no seu funcionamento, com matérias largamente debruçadas para a resolução de questões técnicas e insuficientemente viradas para a formação artística, o espírito de uma época em que o desaparecimento da figura do empresário do espetáculo foi preponderante, fenómeno ligado, aliás, ao declínio da revista à portuguesa e ao predomínio de criadores nas direções das organizações culturais, quer públicas, quer privadas, e que tornaram a figura do produtor num mero organizador executivo dos eventos teatrais que eram, na época, produzidos.

Na mesma altura, contudo, o surgimento de grandes-eventos obrigou o Estado a criar grandes estruturas organizacionais, que, para poderem funcionar, foram obrigadas a contratar e formar, elas próprias, e rapidamente, uma imensa quantidade de profissionais em todas as áreas artísticas (cf. Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa, 1998). Projetos de alguma complexidade porque, na maior parte dos casos, de cariz internacional, estes eventos necessitaram de pessoas com uma forte formação cultural e artística, jurídica, económica, técnica e de gestão. Assim, os seus organizadores entenderam que o perfil dos profissionais desejados para a concretização destas tarefas correspondia a um deles: o dos produtores culturais e artísticos.

Verificou-se, então, tanto no mercado de trabalho, como no meio cultural e artístico, que a formação académica de indivíduos com esse tipo de perfil, *i.e.*, capazes de conceber, negociar e executar projetos culturais e artísticos com eficácia, era necessária e pertinente.

Atenta a estas dinâmicas, a filosofia do Curso de Produção foi inovando e recriando os seus objetivos de modo a que o seu plano curricular absorvesse e espelhasse estas novas realidades.

No início deste século e na sequência da adaptação do ensino superior europeu ao Processo de Bolonha, o Curso de Produção transformou-se, tal como os restantes cursos do Departamento de Teatro, num ramo da Licenciatura em Teatro. Partilhou, com os restantes ramos do curso, a área científica da Teoria, mas no que se refere à sua prática cultural e artística, autonomizou-se através das suas especificidades, assentando-as em dois grandes eixos: o primeiro, dirigido à criação, produção e gestão de projetos culturais e artísticos, e o segundo focalizado nas atividades ligadas às técnicas e às tecnologias teatrais e de palco.

No que se refere ao primeiro eixo:

Preocupou-se com o ensino propedêutico do Teatro a todos aqueles que não tinham tido, até então, um contato assíduo e formativo nesta área artística, para que pudessem compreender, sentir e aprofundar as coordenadas do mundo ao qual iriam dedicar-se daí para a frente;

Inquietou-se com políticas culturais, com relações internacionais, com a importância da programação e da gestão cultural na elaboração de projectos culturais e artísticos, nacionais e internacionais e, ainda, com a necessidade do estudo de públicos e aplicação de técnicas de marketing e de tecnologia da comunicação na sua divulgação para que estes pudessem, ao ser vistos, concretizar-se;

Apoquentou-se com a defesa dos direitos dos artistas em geral, e dos profissionais do espetáculo em particular, ao debruçar-se sobre o estudo de toda a legislação que suporta o edifício jurídico-administrativo do Estado de Direito Democrático, sobretudo nestas matérias.

No que concerne ao segundo eixo:

No ensino da luminotecnia e na sonoplastia preocupou-se em mostrar aos alunos a coexistência das facetas técnica e artística na manipulação do parque tecnológico que suportava a lecionação destas matérias, com o cuidado de, ao longo do curso, os colocar bastas vezes em situações em que pudessem utilizar e experimentar, de facto, esses dispositivos;

O palco e a forma como se constitui a cena e se monta, tecnicamente, um espetáculo, foram organizados em direção de cena e de palco em estreita colaboração com a todas as áreas artísticas ligadas à preparação de espetáculos. Nestas, salientaram-se sempre a direção artística e o design de cena.

A ligação dos alunos ao ambiente profissional, em estágio curricular, no último ano da licenciatura, sob orientação de especialistas das várias matérias que constituíram o plano curricular, foi, desde início do curso, uma prioridade. As várias reuniões entre a direção do curso e os orientadores dos estágios, e a avaliação conjunta, quer da *performance* dos alunos, quer da eficácia da sua formação pelo curso, foram, e continuam a ser, fontes importantíssimas de reflexão e de atualização das matérias nele lecionadas.

Entendeu-se, assim, que o reajustamento das matérias constituintes da área científica, específica, da produção, deveria ser feita, embora lenta e gradualmente, com regularidade. Resolveu-se, dada a constatação da interação cada vez maior do teatro com diferentes tipos de comunidades, que a formação em produção deveria contemplar, também, a forma como estas tratavam a sua memória histórica e coletiva e a sua identidade e herança cultural, e como é que esta se repercutia na construção e na preservação do seu património cultural e artístico, material e imaterial.

Na proteção do património cultural e artístico, material e imaterial, a elaboração e a reavaliação de conceitos

Para que isso pudesse acontecer, foi necessário que houvesse, neste processo, por parte da direção do ramo e do corpo docente a ele afeto, tanto a reavaliação de conceitos já existentes nos programas do plano curricular do curso, como, ainda, o acolhimento e a validação de outros enquanto parte programática do curso.

Observemos, na sequência da breve análise de conceitos como os de cultura, civilização, cidadania, herança e identidade cultural de raiz europeia, interculturalidade e mediação cultural, como se dilatou a área científica do curso e se modificaram os programas-base do seu plano curricular.

Cultura e civilização

Costa (2007a, 38-40) citando Crespi (1997), refere-se a cultura como sendo um conceito complexo e multidisciplinar que podendo ser encarado, de forma genérica, como um “(...) conjunto de elementos que inclui conhecimentos (...) e costumes adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”, sofreu ao longo do tempo diversas mutações que foram alargando o seu significado e o associaram a outros. O mesmo autor afirma que o referido conceito teve como ponto de partida a ideia utilizada pelos gregos e pelos romanos de que a formação ou cultivo do espírito se concretizava aquando do enriquecimento das qualidades pessoais de cada um devido à absorção de valores e conhecimentos transmitidos, socialmente, com esse intuito. Diz, todavia, que a partir de o iluminismo o referido conceito evoluiu e ampliou as suas fronteiras na medida em que integrou na sua significação, como fonte constante de enriquecimento e experiência aberta a todos, enquanto memória coletiva, a herança universal de conhecimentos e valores formativos acumulados ao longo da história da humanidade.

Intrinsecamente ligado à noção de cultura, o conceito de civilização, segundo Costa, acompanhou-a até hoje, influenciou-a significativamente na expansão do seu conteúdo e transportou consigo a percepção de que os costumes de alguns povos evoluíram e se aprimoraram ao longo do tempo, em oposição às suas próprias origens e à rusticidade de outros. Para ele, a conceção de civilização introduziu, na análise destas questões, a importante noção de que as configurações culturais têm um carácter histórico relativo e que, por isso,

devem estudar-se em função de dois grandes eixos: a época em que se manifestam e o tipo de sociedade em que ocorrem.

Cidadania, herança e identidade cultural de raiz europeia, interculturalidade e mediação cultural

Todavia, tempo e espaço, dois sustentáculos essenciais para a edificação e consolidação de comunidades, requerem, para Moura (2013, 19-29), que três coordenadas os sustentem: a de cidadania porque integra em si a forma como, na sua relação jurídico-política com o Estado, entre direitos e deveres, o cidadão abraça um conjunto de valores, participa de uma identidade resultante de uma consciência coletiva e age, dentro da comunidade a que pertence, de modo a que a sua ação, nas áreas em que está integrado, seja útil e eficaz; a de herança cultural que, na sua opinião, abrange largamente o de património cultural por dar grande importância à passagem de valores e testemunhos, entre gerações, a fim de serem utilizados de uma forma responsável e identitária, pelas comunidades, na construção de uma realidade melhor do que aquela que foi sendo vivenciada, por elas, em diferentes épocas; a de identidade cultural porque, sob o seu ponto de vista, as afinidades que se cruzam entre gerações, no tempo e no espaço, embora de caracterização nem sempre muito fácil, acabam, de alguma forma, por tornar essas comunidades únicas e singulares.

Compreende-se assim, que os países mencionados como ocidentais, o sejam, porque possuem, no seu conjunto, tal como os conceitos acima expostos o explicam, uma série de referências e valores que os identificam como tal e os associam, por via da sua génese, do seu crescimento, do seu desenvolvimento, e da sua herança cultural, a um único agregado: neste caso, ao grupo de países cuja identidade cultural é de raiz europeia.

Para Moura (2013, 58-73), a identidade cultural europeia é enérgica e vive, dentro da sua unidade e da sua diversidade, em constantes ajustamentos. O autor sustenta esta afirmação citando a hipótese formulada por Tzvetan Todorov de que a unidade da cultura europeia está radicada na forma como gere “as diferentes identidades regionais, nacionais, religiosas e culturais que a constituem, atribuindo-lhes um estatuto novo e tirando proveito dessa mesma pluralidade” permitindo à Europa que a diversidade, no seu interior, se mantenha, que as memórias locais persistam, mas que, em simultâneo, se crie, no conjunto de regiões e de comunidades culturais e religiosas que a constituem, uma atitude única face à diversidade.

O mesmo autor caracteriza, ainda, a identidade cultural europeia e do continente americano – neste último por via da sua importação nos séculos mais recentes – com duas matrizes: a greco-latina, portanto proveniente da antiguidade clássica, e a judaico-cristã, logo de tradição e vivência religiosa. Moura afirma ainda que no quadro europeu e nas sociedades que dele derivam, a laicização, sem que os valores humanistas da tradição religiosa se tenham perdido, tem-se vindo a sobrepor na estruturação dos Estados enquanto princípio fundamental da democracia e das liberdades a ela associadas.

No caso de Portugal, país pertencente à Europa e atualmente à União Europeia,

com uma memória histórica e coletiva riquíssima no que diz respeito ao contato, desde o século XV, com outras culturas e civilizações, a longa e frutífera experiência na aprendizagem e na partilha de referências e valores que se foram entranhando no seu quotidiano e produzindo pontes de entendimento e de diálogo entre essas regiões do globo, colocam-no na vanguarda da aceitação multicultural da comunidade em que se insere tornando-o num mediador cultural e artístico, e num promotor, privilegiado, de ações que desenvolvam, entre as comunidades dessas regiões, o usufruto e a troca das suas riquezas patrimoniais, materiais e imateriais.

Ao defender a interculturalidade como sendo “(...) uma estratégia contemporânea para a ligação de comunidades diferentes (...) que conduza à construção de um projeto político de transformação de sociedades”, (Ribeiro, 2009, 27-39) sustenta que a interculturalidade, ao supor a diversidade, deve tornar-se numa das ferramentas utilizadas pelos Estados democráticos para a aceitação e para o entendimento do outro, gerando, no seu seio, face à movimentação constante de imigrantes, dentro e fora das fronteiras da Europa – circulação essa provocada quer por desastres ambientais, quer por ações políticas e religiosas – formas múltiplas de promoção da estabilidade e da paz, que conduzam, por meio de ações culturais e artísticas, à sua aceitação e à consequente inclusão, na nossa, das suas culturas.

Essas ações, sustentadas por estratégias políticas claras e objetivas, deveriam passar, na sua opinião, entre outras, pelo ensino das línguas tradicionais do sistema de ensino europeu e pelo ensino das línguas dos imigrantes, pelo ensino da história como sendo o repositório da memória coletiva de cada uma dos povos e das suas interações sem que nele seja abordada a temática do vencedor e do vencido, e na formação de profissionais competentes, aptos a lidarem, de uma forma capaz, com as heranças e as identidades culturais, de uns e de outros, de modo a que a receção do património cultural e artístico de todos seja valorizada, dignificada e partilhada.

O papel da produção cultural e artística neste repto, e a atualização da formação dos seus profissionais

Dada a importância destas matérias na vida atual da União Europeia e dos países ocidentais e porque estes enfrentam, mais uma vez, e desde o início do século XXI, graves crises provocadas, quer por dissonâncias culturais e civilizacionais com outras regiões do globo, nomeadamente as do médio oriente, quer por abalos económicos e políticos gerados no seu próprio seio, quer, ainda, por profundos desastres ambientais devido, sobretudo, a mudanças climáticas abundantes em todo o globo, entendeu-se que os profissionais mais habilitados para o trabalho da defesa do património cultural e artístico, e para a construção de pontes essenciais para o diálogo entre comunidades de diferentes pontos do globo, detentoras de referências e valores culturais e civilizacionais diversos, seriam, dado constituírem-se, pela sua ampla e sólida formação como mediadores entre o poder político e as restantes franjas da sociedade e como promotores e concretizadores das ações culturais e artísticas favoráveis à mudança e a uma nova construção social, os produtores culturais e artísticos. Assim, a direção do ramo de Produção da Licenciatura em Teatro introduziu,

desde o primeiro ano do curso, no plano curricular específico da sua especialização, embora não modificando, para já, a sua estrutura, o estudo destas matérias.

Esta atitude obteve frutos, de imediato, pois a participação tanto de alunos como de professores do ramo, em ações e debates para os quais foram, desde logo, solicitados, e em que o tema da interculturalidade, da tolerância, da partilha de valores entre comunidades foi a questão principal, foi absolutamente relevante.

Constatou-se desta forma, e mais uma vez, que a formação de profissionais ligados à cultura e à arte, sobretudo a dos promotores de trabalho naquelas áreas, deveria estar atenta ao seu tempo e às constantes mudanças das estruturas culturais, artísticas, políticas, económicas e religiosas dos seus países e do globo. Esta atitude mostrou-se fundamental na sua preparação e no estímulo para que, com as comunidades em que iriam trabalhar, lutassem pelo respeito pela herança e pela identidade cultural de cada uma delas, pelos seu património cultural e artístico, material e imaterial, e, pelo da humanidade em geral.

A globalização da instabilidade está a tornar a defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, cada vez mais exigente e premente. Mais cedo ou mais tarde a formação dos promotores culturais e artísticos, sejam eles criadores, promotores ou intérpretes de património cultural e artístico, material ou imaterial, terá de modificar-se de raiz, e oferecer capacidades várias a uns e a outros, mediante a seleção, personalizada, de um plano de estudos, plano este orientado para o trabalho específico de cada um deles dentro das suas próprias realidades.

Entende-se que é às escolas artísticas que cabe a tarefa de ir ao encontro desta necessidade!

Bibliografia

Costa, P. (2007a). *A Cultura em Lisboa: Competitividade e desenvolvimento territorial*. Lisboa: ICS- Imprensa de Ciências Sociais.

Costa, P. (Org.) (2007b). *Estratégias para a Cultura em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

D'Orey, C. (Org.) (2007). *O que é a arte? A perspectiva analítica*. Lisboa: Dinalivro.

Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998. (1998). *Espectáculos Permanentes*. Lisboa: Parquexpo.

Fundação do Museu do Douro. (2013). *Entre margens*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Mateus, A. (Org.) (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

Mendes, C. (2007). *Manual de Produção Cultural: Algumas reflexões sobre o tema*. Lisboa: Inatel.

Moura, V. G. (2013). *A identidade Cultural Europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ribeiro, A. P. (2009). *À procura da escala*. Lisboa: Edições Cotovia, Lda.

XXI Ter Opinião (2015). *Isto é Cidade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.